

AO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, SENHOR JOÃO DÓRIA

Na data de ontem, dia 30 de novembro, circularam em redes sociais e veículos de imprensa imagens de um policial militar do Estado de São Paulo que arrastava um jovem, preso em sua moto.

A cena causou horror em toda a sociedade, tamanha a sua crueldade. Não é essa a conduta que se espera de um policial militar, treinado e pago pelo Estado para agir conforme a lei.

A Secretaria de Segurança Pública já se manifestou em nota¹ indicando a instauração de Inquérito Policial Militar para “*apuração da conduta do referido policial e o seu afastamento do serviço operacional*”.

Ainda, na nota, a SSP afirma que “*a Polícia Militar repudia tal ato e reafirma o seu compromisso de proteger as pessoas, combater o crime e respeitar as leis, sendo implacável contra pontuais desvios de conduta*”.

Essa postura reativa das autoridades é insuficiente para a gravidade da situação ocorrida. É dever do Estado garantir ao povo os direitos constitucionalmente previstos, de forma ativa, propositiva.

Diante disso, o Sindicato das Advogadas e Advogados do Estado de São Paulo vem através deste ofício solicitar as seguintes informações:

i) Houve a identificação e afastamento do policial militar flagrado cometendo o crime de tortura?

¹ < <https://www.metropoles.com/brasil/pm-algema-jovem-em-moto-e-o-arrasta-pela-rua-em-sp-veja-video> > Acesso em 01/12/2021.

ii) Quais ações o Governo do Estado de São Paulo e a Polícia Militar tomarão para evitar que situações do tipo se repitam?

Por fim, o SASP espera que o Governo formule e execute políticas públicas necessárias para a prevenção da cotidiana violência institucional no Estado de São Paulo.

São Paulo, 01 de dezembro de 2021



FÁBIO GASPAR

Presidente



PEDRO MARTINEZ

Coordenador de Direitos Humanos